



A LÓGICA PERMANENTE DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA: EXPROPRIAÇÃO E DESIGUALDADE DE GÊNERO NO CAPITALISMO

Eixo Temático 29 - O Patriarcado no Capitalismo e uso da Violência no Controle dos Corpos das Mulheres (Online)

Maíra Carvalho Pereira ¹

RESUMO

Marx expõe a acumulação primitiva enquanto uma base sócio-histórica do capitalismo. Isto se fundamenta uma vez que pessoas foram violentamente expropriadas dos meios de produção que garantiam sua subsistência para formação de um novo modo de produção. Nesse sentido, é essencial fortalecer estudos acerca desse processo sob a perspectiva do gênero feminino, pois resultou uma organização da sociedade em que o homem no âmbito produtivo e com acesso ao salário é provedor, enquanto a mulher permanece no âmbito da reprodução social ou em formas de trabalho precarizadas (ou com remuneração inferior). Assim, conclui-se que essa lógica expropriatória é permanente e o gênero feminino segue aviltado de suas formas de sustento.

Palavras-chave: Acumulação Primitiva, Violência de gênero, Desigualdade de gênero.

INTRODUÇÃO

Compreendemos que o modo de produção capitalista tem origem na acumulação primitiva – um processo histórico fundamentado na violência e expropriação, pelo qual a força de trabalho é separada de seus meios de subsistência e inserida compulsoriamente na dinâmica do trabalho assalariado. A destruição das formas comunais de vida marca, assim, o início da dominação capitalista, sustentada pela expropriação.

A partir dessa compreensão, propomos analisar os fundamentos sócio-históricos da opressão às mulheres no capitalismo, sustentando a hipótese de que a consolidação de

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSS/UFRJ. Bolsista CAPES. mai.carvalho@outlook.com.



uma ordem baseada na supremacia masculina foi determinante para o avanço do modo de produção capitalista.

A relevância deste estudo se insere no esforço de demonstrar como a opressão às mulheres persiste mesmo diante de transformações sociais, em que permanece como uma constante estrutural no desenvolvimento do capitalismo. Para tanto, buscamos empreender a metodologia circunscrita ao materialismo histórico-dialético, com vistas a considerar a totalidade do fenômeno em questão, analisando a realidade como um processo histórico e socialmente construído.

Portanto, entendemos que a violência não é uma questão individual, mas sim um componente estrutural do capitalismo, que opera como instrumento de expropriação em um sistema marcado pela desigualdade entre classes. No caso das mulheres, essa violência se expressa para sustentar a dominação de gênero como mecanismo funcional à produção e à reprodução da força de trabalho. A manutenção da família patriarcal é, assim, central para o capital, pois nela se viabiliza tanto a restauração cotidiana quanto a renovação geracional da força de trabalho, reforçando a opressão das mulheres como parte integrante da engrenagem capitalista.

METODOLOGIA

Considerando a necessidade de apreender a totalidade do fenômeno em questão, esta investigação se fundamenta na metodologia do materialismo histórico-dialético. Segundo Minayo (2014, p. 107), o “*materialismo histórico* representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na efervescência de uma sociedade. Por sua vez, a dialética refere-se ao método de abordagem da realidade, reconhecendo-a como processo histórico, em seu peculiar dinamismo, provisoriedade e transformação”.

A autora ainda destaca que o princípio fundamental da metodologia científica marxista é a centralidade na totalidade. O delineamento da pesquisa será desenvolvido por meio de análise bibliográfica, com o objetivo de aprofundar a compreensão da realidade à luz de um referencial teórico que trate da temática em questão.



REFERENCIAL TEÓRICO

Partimos do entendimento da categoria Trabalho a partir do referencial marxista, no que busca desvelar que a exploração da classe trabalhadora é resultado da expropriação do excedente de trabalho produzido, sendo esta a forma essencial para a acumulação do capital. Para que isso se efetive, é fundamental que os trabalhadores empreguem sua força de trabalho em um processo produtivo que não lhes pertence, mas sim ao capitalista, detentor dos meios de produção.

No entanto, Marx (2017) demonstra que os detentores dos meios de produção iniciam sua empreitada capitalista a partir de um capital inicial, que antecede o processo de acumulação. Em outras palavras, esse capital inicial é fruto da chamada acumulação primitiva – um contexto histórico marcado pelo uso da violência, por meio do qual a força de trabalho é desvinculada de seus meios de subsistência, sendo, assim, condicionada à exploração por meio da forma velada do trabalho assalariado. Portanto, essa é a forma da acumulação primitiva do capitalismo: um processo em que, por meio da violência, da fraude e da espoliação, o sistema comunal anterior é desmantelado, lançando a força de trabalho nas engrenagens do modo de produção capitalista.

A produção capitalista constitui o sistema que dissocia o trabalhador da posse dos meios necessários à realização do trabalho, convertendo os instrumentos sociais de subsistência em capital e transformando o trabalhador – antes produtor direto – em assalariado. Por essa razão, a acumulação primitiva recebe tal denominação, por representar o ponto de partida do capitalismo, configurando-se como um processo histórico marcado pela separação entre o produtor e os seus meios de produção. “E a história dessa expropriação está gravada nos anais de humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2017, p. 787).

A partir dessa compreensão, buscamos analisar os fundamentos sócio-históricos da opressão às mulheres no sistema capitalista, partindo da hipótese de que a construção de uma ordem pautada na supremacia masculina foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Assim, procuramos destacar a perspectiva do capitalismo como um novo sistema econômico que, ao instaurar um conflito entre classes, estabelece também uma tensão estrutural entre homens e mulheres.



Segundo Federici (2017), a derrocada do feudalismo e sua passagem para o capitalismo expressa a perda de grande parte do conhecimento comunal das mulheres. A partir da acumulação primitiva, os primeiros três séculos da existência da classe capitalista foram de extrema exploração e violência, sendo restringida pela oposição dos trabalhadores e, principalmente, pelo receio do esgotamento da força de trabalho. Antes dessa mudança, apesar do acesso à terra ser limitado, ainda havia uma certa liberdade na organização de cultivo para subsistência. Porém, com a expansão do capitalismo, marcada pela expropriação de terras e pela mercantilização das relações sociais, ocorreram transformações profundas na reprodução social, resultando em uma pobreza generalizada e alta mortalidade. A expropriação das terras representou uma violação grave para as mulheres, uma vez que, nas terras comunais, elas haviam estabelecido relações de amparo e apoio no campo. Com o novo sistema econômico, apenas a produção de mercadorias passou a ser reconhecida como criadora de valor, enquanto a reprodução da força de trabalho foi desprovida de qualquer valor econômico. O trabalho reprodutivo foi então desconsiderado como trabalho, tornando-se irrelevante em comparação com as atividades de produção (Federici, 2017).

Neste período de consolidação do capitalismo na Europa, transcorreu um intenso conflito social, tendo como resultado a interposição do Estado, cujo objetivo era: criar uma força de trabalho mais disciplinada para atender às necessidades de ampliação do modo de produção vigente por meio da promulgação de uma série de leis que interferia na sociabilidade e a sexualidade. O Estado interveio na regulação da taxa de natalidade por meio da criação de novos métodos punitivos, com o intuito de deteriorar o controle de mulheres sobre suas próprias condições de gestação. Nesse contexto, ocorreu a "caça às bruxas", cujo objetivo era exercer um controle mais rígido e vigilante sobre as mulheres, adotando também medidas de incentivo à natalidade, enfatizando a importância do crescimento populacional, com a aprovação de leis que promoviam um incentivo ao casamento e de valorização da família (Federici, 2017).

Pretendemos defender, com isso, que a acumulação primitiva não constituiu um momento histórico esgotado com a consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico. Ao contrário, sua lógica expropriatória se manifesta sempre que há expansão – em diferentes níveis – do processo de acumulação de capital. Ainda que de



forma breve, é relevante destacar a concepção de Rosa Luxemburgo (2021), que demonstra a forma pela qual o capitalismo opera violentamente na dissolução de formas de sociabilidade que não têm a mercadoria como eixo central de suas estruturas sociais. Nesse sentido, é de interesse do capital apropriar-se das forças produtivas ligadas à terra, às riquezas minerais, às águas, às florestas, entre outros recursos, valendo-se da violência para expropriar os meios de produção dos países coloniais e, assim, assegurar sua expansão contínua.

A partir disso, compreendemos que o capitalismo, em sua incessante busca por expansão voltada à acumulação contínua, não pode esperar pelo crescimento natural da força de trabalho que comporá a massa proletária, tampouco pode aguardar passivamente a eventual desintegração das formas não capitalistas para convertê-las em economia de mercado. O capital, assim como ocorreu na acumulação primitiva, recorre à violência como mecanismo permanente de expropriação, assegurando a acumulação desde seus marcos históricos fundacionais até os dias atuais. O método central consiste em aniquilar formações sociais não capitalistas, com o objetivo de eliminar qualquer possibilidade de existência de estruturas sociais autônomas em relação à economia de mercado. Nesse sentido, o argumento de Rosa Luxemburgo (2021) evidencia que os elementos fundamentais que caracterizaram a acumulação primitiva como forma inaugural do capitalismo continuam sendo mobilizados, de maneira simultânea aos estágios mais avançados do capitalismo.

O ponto a que buscamos chegar sustenta o argumento de que o capitalismo, por meio da violência e da opressão, atua no esfacelamento das instâncias organizativas e dos laços de solidariedade da classe trabalhadora, visando, com isso, garantir a máxima exploração da força de trabalho e a perpetuação de um sistema estruturalmente desigual baseado na expropriação de tudo o que possa vir a ter valor. Ao estruturar um sistema de produção no qual os trabalhadores recebem, em troca de seu trabalho, apenas o mínimo necessário para a sobrevivência, instala-se uma tensão significativa no âmbito familiar. A violência, que opera como elemento estruturante do capitalismo, se estende para diversas outras esferas da sociabilidade, sendo uma delas a esfera familiar que, à medida que o trabalho é cada vez mais precarizado para assegurar maior lucratividade ao capital,



a família patriarcal perde parte de sua configuração histórica, especialmente no que diz respeito ao papel tradicionalmente atribuído ao homem como provedor.

Portanto, a violência constitui um elemento estruturante do capitalismo; em um contexto marcado pela existência de uma classe dominante e outra subordinada, ela opera como mecanismo de produção de miséria, ignorância e sofrimento, convertendo as formações sociais em engrenagens de uma máquina orientada à acumulação de riqueza por parte de poucos, em detrimento de muitos. Assim, no que se refere às mulheres, a violência integra um mecanismo social que assegura a produção contínua de mercadorias e, no interior da família, da principal mercadoria que sustenta todo o modo de produção capitalista: a força de trabalho. Nesse contexto, o capitalismo sustenta-se na manutenção da família patriarcal, pois é justamente nesse sistema de opressão, violência e dominação das mulheres que a força de trabalho é cotidianamente restaurada e geracionalmente renovada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dessa maneira, é possível compreender que a sociabilidade decorrente da hegemonia do modo de produção capitalista transformou a família em uma estrutura voltada à reprodução da força de trabalho através da opressão de mulheres. A partir desta breve análise sobre a acumulação primitiva, percebemos que a consolidação das relações sociais ancoradas nos nexos patriarcais foi fundamental para a expansão do capitalismo. Diante da necessidade de uma força de trabalho disponível para o processo produtivo, a acumulação primitiva fundamentou-se na divisão sexual do trabalho e no controle sobre o gênero feminino, restringindo-o ao âmbito da reprodução social. Esse processo intensificou a diferenciação e a hierarquização entre os sexos, produzindo desigualdades nas condições de existência e promovendo a subalternização das mulheres na sociedade.

Entendemos que a opressão das mulheres teve, entre seus principais objetivos, a exploração do trabalho reprodutivo – essencial para a restauração da energia vital do trabalhador e para a renovação contínua da força de trabalho – assegurando, assim, a continuidade do sistema capitalista. Dessa forma, o modo de produção capitalista foi



consolidado e segue em expansão progressiva às custas da energia vital das mulheres. Este é um argumento fundamental para os marxistas da Teoria da Reprodução Social, que compreendem uma interconexão entre a esfera da produção e a esfera da reprodução social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma pela qual a opressão às mulheres continua a se perpetuar apesar dos avanços sociais, das transformações tecnológicas e das mudanças culturais, segue sendo parte da lógica de acumulação capitalista. Observamos que a subalternização do gênero feminino permanece como uma constante, ainda que suas manifestações se modifiquem de acordo com as formas de dominação predominantes em cada contexto social. Contudo, identificamos que os mecanismos que sustentam a separação entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva persistem, garantindo a subordinação desta última em relação à primeira.

Buscamos realizar uma mediação sobre a acumulação capitalista que, desde sua origem, fundamenta-se na violência como instrumento permanente de expropriação — não apenas como marca histórica da chamada acumulação primitiva, mas como um mecanismo contínuo e indispensável à expansão do capital. A destruição de formas sociais não capitalistas configura-se como estratégia central para essa expansão, mas não se limita a isso: podemos também considerar a expropriação das condições objetivas e subjetivas de conciliação, afetividade e convergência da classe trabalhadora como parte do processo de manutenção da hegemonia capitalista. Esse movimento atravessa as relações sociais conforme os interesses da acumulação, manifestando-se, por exemplo, na difusão e fortalecimento de uma ideologia que reforça a família patriarcal e sustenta a opressão das mulheres.

Assim, compreendemos que os processos inaugurais da acumulação primitiva continuam operando de forma simultânea às fases mais avançadas do capitalismo. Isso se evidencia, sobretudo, no uso recorrente da violência como mecanismo de expansão e regulação do mercado capitalista, bem como na constante expropriação de tudo aquilo que possa ser convertido em valor e apropriado pelo capital. Dessa forma,



compreendemos que a lógica permanente da acumulação primitiva é um dos mecanismos de opressão às mulheres na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva / Silvia Federici. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação de capital / Rosa Luxemburgo; tradução Luiz Alberto Moniz Bandeira – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política : livro 1 : o processo de produção do capital / Karl Marx ; tradução Rubens Enderle. – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

MINAYO, Maria Cecília. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde / Maria Cecília de Souza Minayo. – 14. Ed. – São Paulo: HUCITEC, 2014.